



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de São Jorge

CÂMARA MUNIC. DE VEREADORES  
São Jorge PROTOCOLO

Nº 675  
Em: 29 / 10 / 2025

*AB*

## PROJETO DE LEI Nº 052, DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.

Aprovado por

Em:

*unanimidade*  
30 / 10 / 2025  
*AB*

Sala de Sessões da Câmara de  
Vereadores de São Jorge - RS

### ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.916/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**Art. 1º** Fica alterado o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.916, de 08 de outubro de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 3º - O valor da indenização pela desapropriação prevista nesta Lei será de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais), conforme avaliação técnica realizada por Corretor de Imóveis e pela avaliação realizada pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis do Município (em anexo ata e laudo de avaliação), nomeada pelo Sr. Prefeito Municipal através da Portaria nº 014/2023 (também anexo), a fim de determinar o valor a ser pago, nos termos legais.*

*§ 1º - Os valores referidos no caput deste artigo serão pagos em moeda corrente nacional, por meio de depósito bancário, da seguinte forma: pagamento imediato após a assinatura das escrituras de desapropriação, no valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), sendo que o restante será pago em duas parcelas em valores iguais de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) cada, uma parcela com pagamento até o dia 30 de junho de 2026 e a outra com pagamento até o dia 31 de dezembro de 2026.*

*§ 2º - O pagamento da primeira parcela (R\$ 440.000,00) será efetuado em conta bancária da Sra. Nely Libera Colpo Dall'Agnol, a ser por ela informada, sendo que a segunda e terceira parcelas (de R\$ 220.000,00 cada) serão pagas de forma proporcional e igualitária, aos demais coproprietários, tudo conforme determinado junto à Matrícula do Imóvel desapropriado, cada um na proporção do seu quinhão hereditário, conforme determinado junto ao processo de inventário transcrito na referida matrícula.*

*§ 3º - A presente aquisição é realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74 inciso V da Lei Federal nº.*

*D*



*Estado do Rio Grande do Sul*  
**Município de São Jorge**

*14.133/2021, eis que atende as finalidades específicas e possui interesse público devidamente comprovado.*

**Art. 2º** Os demais dispositivos da Lei Municipal nº. 1.916/2025 permanecem inalterados e em vigor.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Jorge/RS, aos 29 de outubro de 2025.

**Danilo Salvataggio**  
**Prefeito Municipal**





*Estado do Rio Grande do Sul*  
**Município de São Jorge**

Ilmo. Sr.

**VALMOR BOTTIN**

DD Presidente do Legislativo Municipal  
São Jorge/RS.

**JUSTIFICATIVA – RAZÕES DO PROJETO DE LEI**

Ilustríssimo Senhor Presidente,

Prezados Vereadores:

A presente proposta de alteração da Lei Municipal nº 1.916/2025, que trata da desapropriação do imóvel, objeto da Matrícula nº. 6788 do Registro de Imóveis de Nova Bassano/RS, o que se justifica pelos motivos abaixo elencados:

Durante a elaboração do projeto de lei anteriormente aprovado, houve um equívoco na definição da forma de pagamento da indenização devida aos proprietários do imóvel. A previsão inicial não considerou as possibilidades financeiras e orçamentárias do Município, resultando em uma redação que compromete a viabilidade prática da execução da desapropriação.

A execução da desapropriação deve observar os princípios da responsabilidade fiscal e do equilíbrio orçamentário. Diante da limitação de recursos disponíveis para pagamento nas condições estabelecidas e da necessidade de compatibilizar o pagamento com as dotações previstas na Lei Orçamentária Anual, faz-se necessária a revisão da forma de pagamento originalmente prevista, de modo a permitir que a indenização seja realizada de forma compatível com a capacidade financeira do Município, sem prejuízo ao direito dos expropriados.

Ademais, altera-se a forma de repasse entre os proprietários, atendendo ao solicitado pelos mesmos e a proporção estabelecida na Matrícula do Imóvel.

Dessa forma, a alteração proposta visa garantir a legalidade, a regularidade orçamentária e a eficácia da desapropriação, assegurando o interesse público envolvido na medida, sem comprometer o equilíbrio fiscal do ente municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Jorge/RS, aos 29 de outubro de 2025.

  
**Danilo Salvalaggio**  
**Prefeito Municipal**